

Working Paper – NEPEI/IRI/USP
n. 001
Setembro de 2017

Interdisciplinaridade em Bacharelado de Relações Internacionais: o caso USP

Daniela Carla Decaro Schettini – IRI-USP
Maria Antonieta Del Tedesco Lins – IRI-USP
Marislei Nishijima – IRI-USP

Resumo: Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade são elementos inerentes aos cursos de bacharelados em relações internacionais (BRI). A estrutura do BRI, da Universidade de São Paulo (USP), propõe isonomia de créditos obrigatórios entre suas disciplinas de formação teórica básica e amplia as possibilidades de escolhas multidisciplinar com optativas. O artigo avalia o grau de interdisciplinaridade do curso aplicando mineração de textos nos conteúdos programáticos das suas disciplinas. Os resultados sugerem que: a) as disciplinas de formação básica e as optativas são pouco interligadas entre si embora tenham evoluído no tempo; e b) as disciplinas optativas escolhidas são muito aderentes às das áreas de formação básica. Deste modo, conclui-se para um grau modesto de interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade, Formação em Relações Internacionais

N

Interdisciplinaridade em Bacharelado de Relações Internacionais: o caso USP

Abstract

Multidisciplinarity and interdisciplinarity are inherent to the courses in international relations. These characteristics open up a wide spectrum of possibilities for the construction of an undergraduate curriculum. The curricular structure of the Bachelor in International Relations of the University of São Paulo seeks to establish a homogeneous distribution on theoretical based subjects in its basic cycle and, in the second stage, opens up the choice of a great spectrum of elective subjects, characterizing multidisciplinarity. This article, through the study of the programmatic content of the mandatory subjects, evaluates if there is any approximation between them, besides multidisciplinarity, also involving some degree of interdisciplinarity. By analyzing the students' choices of the elective subjects, we test their adherence to the interdisciplinary proposal after the basic cycle. The results suggest that, although there has been convergence between the contents of the subjects over time, there is still little connection between them, considering the analysis of their programs. The study of the of electives subjects taken by the students indicated a pattern similar to that of the theoretical ones regarding their content. At the same time, it responds positively to the question of the students' adherence to the areas of the basic cycle when they choose from the second part of the course. Once the analyzes have been made, the empirical evidence points to a moderate degree of interdisciplinarity in the course.

Key words

Multidisciplinarity, interdisciplinarity, Major in International Relations

1. Introdução

Inovação e exercício em terreno desconhecido, a experiência com a interdisciplinaridade vem despertando interesse crescente neste milênio, ao mesmo tempo em que se procura compreender, de fato, seu significado prático. Tanto em discursos de dirigentes acadêmicos, como em chamadas para projetos de investigação o termo interdisciplinaridade passou a aparecer como uma meta a alcançar, uma qualificação adicional da atividade intelectual. Grande parte das referências à interdisciplinaridade a entendem como uma evolução no processo de produção de conhecimento (LATTUCA, 2001; KLEIN, 2005, 2010, *inter alia*), embora também sejam ouvidos clamores de resistência, pela manutenção de referências disciplinares (e.g. JACOBS, 2013). Para além de qualquer necessidade de tomar partido por um ou outro formato de produção e comunicação de ciência está a constatação do surgimento e solidificação de bom número de novas carreiras universitárias e áreas de conhecimento edificadas substancialmente pela interconexão entre disciplinas ‘tradicionais’. A estas não está aberta a prerrogativa de estabelecerem-se dentro de fronteiras disciplinares rígidas, mas sim o desafio de compreender e escolher a forma de relacionamento entre as disciplinas que as compõem.

As relações internacionais são, pela própria definição de seu objeto, um diálogo entre disciplinas de diferentes áreas do conhecimento. Ainda que se identifiquem no estudo das guerras as origens das relações internacionais como campo de conhecimento, seria limitante buscar sua fundamentação em apenas uma área científica, seja a ciência política, o direito, a economia ou a história (SMITH 2000, RIGUEIRA 2012).

Desde os primórdios do que veio a ser a disciplina de relações internacionais ou estudos internacionais – entendida, de forma extremamente simplificada, como diferentes iniciativas e esforços para compreender variados tipos de relações entre as nações – o dilema entre se definir e assumir como uma nova disciplina ou se abrigar no espectro temático de disciplinas tradicionais esteve em pauta (RIGUEIRA, 2012). Colocou-se a questão de estabelecer uma disciplina independente ao mesmo tempo em que se formavam laços entre disciplinas tradicionais, cujos objetos de estudo e métodos são relativamente consolidados, criando, de fato, o que passou a ser a área de relações ou estudos internacionais.

Se a abertura de fronteiras disciplinares pode trazer, por um lado, espaço para criatividade, troca, liberdade na produção científica, por outro lado, a produção híbrida decorrente de eventuais miscigenações e diálogos pode produzir resultados e conhecimentos difíceis de classificar para uma comunidade acadêmica estabelecida em departamentos, agências de fomento, ou ainda para um mercado de trabalho que não reconhece os profissionais formados em cursos com novas configurações.

Efetivamente, são poucas as experiências de formulação de currículos de graduação que combinem diferentes disciplinas de maneira deliberada, das diversas maneiras em que isto pode ser feito. Há poucos estudos e relatos sobre estas experiências em relações internacionais de que se tem notícia, não apenas no Brasil, mas também em outras partes do mundo (e.g. BLANTON, 2009).

O questionamento sobre o que se pretende na formação oferecida aos alunos do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) não tem respostas imediatas. O grau de dificuldade em obter tal resposta guarda uma relação direta com o número de áreas de conteúdo envolvidas no conjunto das disciplinas. Um fenômeno que abarque duas ou mais nações pode, em muitas circunstâncias, ser tratado sob diversas óticas, com instrumental de diferentes disciplinas. O desafio da construção de currículos que mesclam diversas áreas do conhecimento é observar as relações que se estabelecem entre as áreas, e, sobretudo, compreender e trabalhar com as diferentes possibilidades de arranjo entre as áreas na programação de conteúdos e disciplinas.

Este artigo propõe uma reflexão sobre uma experiência de currículo avaliado como multidisciplinar – entendido aqui uma forma inicial de composição de um currículo com distintas áreas do conhecimento que se sobrepõem e convivem – do bacharelado em relações internacionais da Universidade de São Paulo, criado em 2002. Não se procura retrair as fases de construção do currículo nem a história da instituição de ensino responsável por ele, mas fazer uma análise empírica investigativa do efetivo grau de ‘proximidade’ entre as disciplinas que compõem o curso por meio do estudo de seus conteúdos programáticos.

A estrutura curricular da graduação em relações internacionais da Universidade de São Paulo está organizada de tal sorte que, após completarem as disciplinas obrigatórias ao longo dos dois primeiros anos da graduação, os alunos devem complementar sua formação escolhendo

disciplinas optativas eletivas dentro de um espectro bem mais amplo de disciplinas. Estas podem ser oferecidas por docentes do próprio Instituto ou por departamentos das áreas que compõem os pilares formativos dos primeiros anos, a saber, economia, política, direito e história. Finalizadas estas disciplinas eletivas, os alunos precisam ainda cumprir créditos em disciplinas optativas livres, que podem ser cursadas em outras áreas ou em programas de intercâmbio.

Mesmo tendo em conta que as alternativas disponíveis entre as optativas eletivas se situam dentro de campos disciplinares delimitados, a diversidade de opções temáticas oferecidas aos alunos torna suas escolhas um objeto de análise importante para a avaliação da interação entre os campos disciplinares no curso.

Portanto, neste segundo segmento do curso de relações internacionais, a escolha é praticamente exclusiva do aluno, mas obviamente pode haver alguma orientação por parte dos professores no sentido de aumentar o conjunto de informação dos alunos. Assim, a investigação empírica dos resultados das opções/escolhas de disciplinas por parte dos alunos consiste em um exercício de grande interesse investigativo, dado seu alto grau de informação. Essa investigação nos permite avaliar em que medida os discentes decidem continuar mantendo um caráter multidisciplinar em sua formação. Ou ainda se, alternativamente, uma vez cumprida a formação de base teórica multidisciplinar obrigatória, os estudantes preferem especializar-se em alguma área específica ou carreira.

Considerando estas características peculiares, descritas acima, do currículo de formação do IRI-USP, propomos dois procedimentos para verificar em que medida existe um diálogo entre as disciplinas, que entendemos ainda como multidisciplinaridade, mas já caminhando para algum grau de interdisciplinaridade, situação em que mais de uma disciplina é usada para, tanto em conteúdo e como em métodos. Primeiro, analisamos o conteúdo programático das disciplinas obrigatórias na primeira fase do curso. Na segunda fase, então, e como segunda etapa de nossa análise, procuramos retratar as trilhas seguidas pelos estudantes no segundo momento do curso, quando podem/devem escolher as disciplinas optativas. Sendo assim, este levantamento nos permite identificar, ainda que de forma apenas exploratória, a relação entre a composição das disciplinas por duas vias: estabelecendo um panorama da oferta de matérias obrigatórias e estimulando a demanda por disciplinas optativas eletivas.

Antes de apresentar os resultados do exercício empírico, a seção 2 faz uma breve revisão do amplo debate sobre o enquadramento disciplinar das relações internacionais. Em seguida, são descritos e explicados os dados utilizados para o estudo empírico, bem como a metodologia. A seção 4 detalha os resultados obtidos e, por fim, a seção 5 conclui.

2. Relações Internacionais definidas por relações entre disciplinas

A busca por possíveis formas de diálogo entre disciplinas não é um recurso novo na atividade científica e tampouco uma tarefa exclusiva de novas carreiras, estabelecidas a partir da conexão entre distintas áreas de conhecimento. Nas interações estabelecidas entre disciplinas com diferentes finalidades – seja para tratar de um tópico específico, seja para intercâmbio de metodologias ou na procura de uma abordagem multifacetada de um fenômeno – também não se pode identificar diretamente um padrão uniforme de constituição de novas áreas de conhecimento, no tempo e no espaço. Weingart (2010, p. 4) reflete sobre a história da organização do conhecimento humano, situando o estabelecimento das fronteiras entre as ciências, tal como as conhecemos hoje, no final do século XVIII. Esta classificação, mais do que separar saberes, tem funções práticas ao organizar em ‘departamentos’ a produção, não apenas intelectual, ao regulamentar ofícios e profissões, ao determinar espaços para pesquisa e ensino. Weingart leva sua reflexão adiante ao afirmar que as disciplinas, em sua organização e relativa estabilidade desempenham uma função de mediar e dirigir as mudanças sociais na medida em que acumulam e filtram conhecimento, descartando aquilo que parece não ser mais relevante. A departamentalização disciplinar assume, assim, um papel prático antes de função ou razão epistemológica.

Depois de séculos de primazia da atividade científica disciplinar, tem sido frequente, desde os anos 1990, o aparecimento de propostas de atividades combinando disciplinas de formas diferentes. As possibilidades de interação ultrapassam as barreiras das grandes áreas como as comumente classificamos em humanidades, exatas ou ciências da natureza.

Uma análise das ciências humanas e sociais de forma ampla dá conta de que “A organização das áreas de conhecimento não se dá do mesmo modo em todo o mundo, em razão de particularidades históricas e circunstâncias locais, mas sem dúvida há uma valorização da

categoria ciência, que designa um tipo de conhecimento que é valorizado em outros domínios e esferas relevantes para o seu futuro desenvolvimento.” (VELHO, 2003, p. 16). As relações internacionais têm sua história identificada com este fenômeno, nas diversas partes do mundo em que se estabeleceu como nova ‘área’ ou disciplina.

Assim, da mesma forma que o nascimento das relações internacionais enquanto disciplina difere dos padrões das ciências ditas ‘tradicionais’, a classificação da sua produção acadêmica e o desenho dos currículos de formação na área não seguem necessariamente estruturas semelhantes àquelas oferecidas por áreas cujas fronteiras têm delimitações a priori mais precisas (KLEIN, 2001). No ensino das relações internacionais, a composição do currículo é o resultado de uma combinação entre disciplinas, que poderão ter diferentes pesos no curso, segundo uma proposta inicial do próprio curso, mas também conforme as escolhas dos alunos, abrindo diversas alternativas.

Para além da definição das áreas de conhecimento a serem introduzidas na formação de um currículo de relações internacionais e da importância relativa de cada uma delas, coloca-se uma questão ainda mais complexa relacionada à qualidade de sua interação. Trata-se de estabelecer o tipo e a qualidade de convivência entre as áreas na estrutura do curso e o valor das possíveis inter-relações na formação dos alunos. Um caminho quase inercial seria simplesmente “empilhar” ou colocar lado a lado as áreas, materializadas nas disciplinas que as compõem, umas após as outras, deixando que as conexões entre elas se façam por meio de temas transversais e do processo de aprendizagem dos estudantes, que entendemos como multidisciplinaridade. Mas, nesse caso, mesmo quando as disciplinas se aproximam, elas pouco se mesclam na elaboração de conteúdos e métodos e ainda tem-se uma conformação de quadro multidisciplinar. Long (2011, p. 38) apresenta uma clara descrição do processo de multidisciplinaridade:

The multidisciplinary challenge emerges because disciplinary subject matters are in fact not clearly separate and distinct; there are overlapping issues or new concerns, patterns of behaviour, configurations of power. Multidisciplinary does not challenge disciplinary paradigms, dominant theories and methods, but simply adds them to one another.

Entre as possibilidades mais avançadas de integração entre as disciplinas, a interdisciplinaridade poderia ser definida como um diálogo e uma troca de conceitos, conteúdos e métodos entre as disciplinas, conduzindo a experiências novas, a priori inéditas para as

disciplinas tradicionais. Uma experiência interdisciplinar seria, por exemplo, tratar um determinado fenômeno, ou estudar temas a partir de abordagens e métodos conjuntos e mesclados com origem em diferentes disciplinas. Indo ainda mais adiante, haveria uma via por meio da qual se promoveria um diálogo entre as disciplinas das diferentes áreas, seja a partir do estabelecimento de conteúdos programáticos comuns, seja pela introdução de metodologias compartilhadas ou afins. Aqui se estaria criando algo novo a partir da fusão de elementos diversos das diferentes disciplinas, o que se configuraria em uma abordagem transdisciplinar (VENTURA e LINS 2014).

Ao estabelecer uma taxonomia da interdisciplinaridade, Klein (2010b, p. 16) propõe uma representação gráfica para o alcance dos diferentes níveis de relações entre disciplinas, o grau de integração e colaboração a que podem levar e mesmo a possibilidade de criação e transformação a partir destas relações. A multidisciplinaridade seria definida pela justaposição, coordenação e sequenciamento de conceitos e práticas das diversas disciplinas. O real processo de integração entre conteúdos, teorias e práticas, mesclagem, interação e interconexão só pode ser realizado pelo exercício da interdisciplinaridade. A transgressão ou transformação é o resultado da transdisciplinaridade.

Como em outras ‘novas áreas de conhecimento’, para as relações internacionais, o conceito de (inter)disciplinaridade tem grande relevância para a definição de fronteiras na produção de conhecimento e organização acadêmica, o que implica necessariamente o estabelecimento de critérios de classificação e de aferição de mérito à produção (LONG, 2011). Tanto a produção científica em relações internacionais como a colocação dos egressos de cursos de graduação no mercado de trabalho tradicional enfrentam os obstáculos inerentes à dificuldade de enquadramento de uma área que vai além das fronteiras disciplinares.

Do ponto de vista da colaboração entre acadêmicos para a produção conjunta de conhecimento, o exercício da interdisciplinaridade pressupõe um esforço mais intenso dos que a praticam em relação ao conforto da produção monodisciplinar. Estendendo-se ou mesmo eliminando os limites disciplinares, coloca-se a tarefa de ‘dialogar no idioma do outro’ no que tange a epistemologia, conceitos e métodos. Aalto (2011:69) sintetiza o processo de colaboração entre áreas na interdisciplinaridade:

Our methodological means must lend themselves to research problems of different magnitudes, and vary from more rigorous to looser formats of organization. Organization refers to the patterning of knowledge claims and findings into a more comparable format in which the novelty and import of observations, findings and arguments is better discerned and possible synergies identified.

Da mesma maneira, a elaboração de programas de disciplinas de um curso de graduação com conteúdo efetivamente interdisciplinar demanda uma preparação muito particular, bastante distinta da concepção de um programa de disciplina tradicional. Para além de uma decisão conjunta de mais de um docente acerca do conteúdo programático – o que implica a escolha da literatura a ser proposta aos estudantes – a criação do programa envolve a definição de metodologias de ensino e, eventualmente, de atividades conjuntas. Supondo – como acontece em grande parte dos casos – que os professores tenham uma formação disciplinar clássica, o processo todo é bastante complexo, sendo ao mesmo tempo extremamente enriquecedor.

No bacharelado em relações internacionais da USP, apesar do valor atribuído desde o início do curso à pluralidade disciplinar, poucas foram as iniciativas de programas concebidos de forma interdisciplinar (VENTURA e LINS 2014). O fato de o discurso da interdisciplinaridade e a real atenção ao tema estarem presentes no Instituto inspirou o exercício empírico que apresentamos neste estudo.

3. Dados e Métodos

Como uma forma de avaliar o conteúdo interdisciplinar do currículo do curso, usamos técnicas de mineração de textos com cálculo de frequência de palavras e associações de palavras entre textos referentes aos programas das disciplinas da graduação em RI da USP. Tendo em vista a estruturação em dois grandes blocos de disciplinas obrigatórias e optativas, foi imperativo fazer a análise entre os dois grupos separadamente. Além disso, cada grupo busca responder diferentes questões.

Com o objetivo de evitar perturbações no exercício, foram retiradas algumas palavras,¹ bem como as siglas das disciplinas. Outras palavras, listadas no Anexo I, foram transformadas, com a finalidade de agregar vocábulos com o mesmo significado. Usamos a ferramenta de análise de texto Voyant.²

A análise para as disciplinas obrigatórias difere da realizada para as disciplinas optativas. As obrigatórias são analisadas em conjunto para identificar relações em seus conteúdos programáticos. Já para as disciplinas optativas, foram feitas análises por áreas de estudo e de aluno representativo por ano (desde 2006, com a primeira turma de formados no curso de Bacharelado em Relações Internacionais na USP). Em mais detalhes, para a análise das disciplinas optativas eletivas, construímos a figura do aluno representativo por ano. Esse aluno é o resultado da soma de todas as disciplinas cursadas por cada um de nossos alunos regulares. Se, por exemplo, cinco alunos cursaram a disciplina A e três a disciplina B, o aluno representativo cursou oito disciplinas nesse período. Dessa forma, é dado mais peso para as disciplinas que são mais frequentadas.

A ferramenta de análise de texto permite elaborar os seguintes conjuntos de mapas; i) das disciplinas obrigatórias em 2016; ii) das disciplinas optativas por área em 2016; iii) das disciplinas optativas por ano, de 2006 a 2016; e iv) alguns mapas e gráficos das disciplinas optativas combinados por períodos de anos (inicial, intermediário e final), a fim de identificar tendências na escolha dos alunos. Em todos, analisam-se os mapas de frequência de palavras dos conteúdos programáticos das disciplinas.

Tanto para o conjunto das disciplinas obrigatórias como para as disciplinas optativas realizadas pelo aluno representativo, foi analisada a frequência das cinco palavras mais citadas nos conteúdos programáticos. Para todos os mapas apresentados de frequência das palavras nos conteúdos programáticos foi mantido um corte em 55 palavras mais frequentes³ e para os diversos recortes por disciplinas obrigatórias e optativas, aluno representativo e outros filtros de

¹ As palavras e sinais retirados foram a, as, o, os, e, em, na, nas, no, nos, para, da, das, do, dos, de, novo, nova, novos, novas, sobre, entre, com, uma, como, i), ii), iii), “ , ‘ , - , , ; , ?.

² Software gratuitamente disponível na internet. (<http://voyant-tools.org/>)

³ É uma quantidade suficientemente grande de palavras que ainda permite observar padrões.

análise, que serão tratados abaixo na seção 4, foram feitos mapas de 55 e de 500 palavras no máximo.

4. Resultados e análises gerais

4.1. Disciplinas obrigatórias

A Figura 1 mostra a frequência relativa das cinco palavras mais comuns (internacional, estado, política, direito e economia) nas cinco principais áreas das disciplinas obrigatórias (eixo da abscissa).

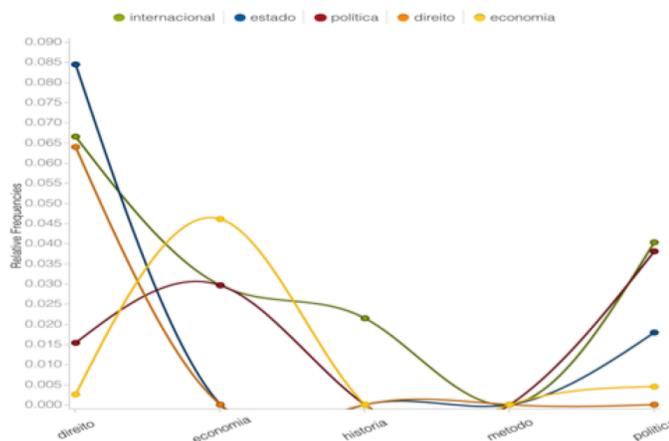


Figura 1 – Frequência relativa das palavras (5 mais frequentes) por área

Fonte: Elaboração própria

As cinco palavras mais frequentes nas disciplinas obrigatórias remetem justamente às cinco principais áreas de conhecimento em que o curso está estruturado, a saber Direito, Economia, Política, História e Métodos Quantitativos. São exemplo as palavras “estado” e “direito” na área de Direito e “política” e “economia” em suas próprias áreas. Os conteúdos programáticos das áreas de História e Métodos Estatísticos não tiveram palavras específicas de suas áreas com frequência suficiente para aparecer entre as cinco palavras mais frequentes, o que revela que são disciplinas com menor peso na estrutura curricular, ou ainda, mais específicas ao seu próprio tema.

A figura também identifica o quanto cada área conversa com as demais. As disciplinas das áreas de Economia, por exemplo, consideram questões de política com certa frequência, mas

quase não tratam de assuntos relacionados à área de Direito. O mesmo ocorre com a área de Direito. A área de História quase não considera, com elevada frequência, questões de economia, política e direito. Por outro lado, a área de Política é a mais diversa em relação às demais visto que é a que mais se relaciona com assuntos das disciplinas de direito e economia.

Por fim, “internacional” é bastante frequente no conteúdo programático de todas as áreas, de acordo com os propósitos do curso.

A Figura 2 ilustra as 500 palavras mais frequentes no conteúdo programático das disciplinas obrigatórias. O tamanho da palavra está diretamente relacionado com a frequência com que ela aparece. Estado e internacional são as palavras mais frequentes, seguidas de política, economia e direito. Observa-se a grande variedade de temas tratados nessas disciplinas.



Figura 2 - 500 palavras mais frequentes nas disciplinas obrigatórias em 2016

Fonte: Elaboração própria

O mapa da Figura 3 identifica a relação entre as palavras mais frequentes nos programas das disciplinas obrigatórias e representa bem o estado atual destas no curso de bacharelado. No centro de todos os temas encontra-se a palavra “internacional”, com ligação para política, economia e, especialmente, direito. A área de História ainda não obtém tanta representatividade nas disciplinas obrigatórias. Além de “internacional”, economia relaciona-se com política, que, por sua vez, tem uma relação mais forte com externa e brasileira. Direito relaciona-se com público e estado. Por outro lado, há temas tratados somente pela economia, como “sistema” e “financeiro”; direito com “público”, “jurídica” e “estado”; política com “externa”, “comercial” e

“brasileira”, o que indicam a falta de interdisciplinaridade entre as principais áreas, apesar da forte multidisciplinaridade.



Figura 3 – Mapa das ligações entre as palavras mais frequentes das disciplinas obrigatórias

Fonte: Elaboração própria

O Anexo II discrimina as figuras de dispersão das 55 palavras mais frequentes e os mapas das ligações entre as principais palavras para cada área em 2016. As áreas de Economia e Política apresentam uma distribuição mais heterogênea da frequência relativa das principais palavras em seus conteúdos programáticos, dada a maior diversidade de palavras que seus mapas contemplam. Em contrapartida, História e Métodos, concentram mais a frequência relativa em algumas poucas palavras chave. A área de Economia é também a que revela maior diversidade nas conexões das palavras-chave, conforme ilustrado nos mapas de ligações.

4.2. Frequência de palavras de aluno representativo por período

A Figura 4 exibe a frequência das 5 principais palavras nos conteúdos programáticos das disciplinas optativas eletivas por ano, desde 2006 (ponderada pelo número de alunos que escolheram o curso).

Há um grande interesse, que se manteve forte durante todo o período, por temas relacionados à história, apesar de perder espaço para uma maior diversidade de assuntos nos anos mais recentes. Por outro lado, as demais palavras não aumentam significativamente suas frequências no período, indicando que houve um esforço por maior diversidade nas disciplinas optativas oferecidas, assim como em seus conteúdos programáticos. Interessante notar que três das quatro áreas principais são exatamente as palavras mais frequentes entre as disciplinas

optativas, com a ausência do direito. Além das palavras de áreas, surgem “social” e “internacional”.

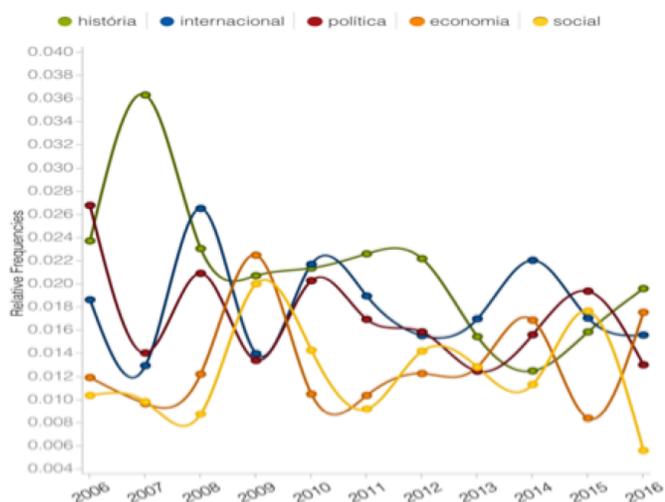


Figura 4 – Cinco palavras mais frequentes nas disciplinas optativas eletivas por ano

Fonte: Elaboração própria

No corte com as 10 principais palavras aparecem duas regiões geográficas, América e África, esta com uma permanente tendência de queda na frequência relativa do conteúdo programático das disciplinas optativas.

No Anexo III, apresentamos os mapas anuais de palavras mais frequentes no programa das disciplinas optativas eletivas (corte em 55 palavras). Ao contrário das obrigatórias, nota-se uma forte presença de “história” nos programas escolhidos pelos alunos. Apesar de “estado” estar presente em todo o período, a palavra “direito” aparece com força somente a partir de 2010 e permanece assim até 2016. Por outro lado, “política” e “economia” estão sempre presentes, tanto nas optativas, quanto nas obrigatórias.

Em relação às regiões estudadas, além do Brasil, são frequentemente citadas “América” e “Latina”, porém não na mesma intensidade. Aparentemente, África tem se mantido um tema bastante estudado. Geograficamente, há dois comportamentos interessantes. O primeiro é a ocorrência específica de países da América Latina desde 2007 (Cuba, México e Argentina). O segundo é a busca maior por temas relacionados à União Europeia em 2013 e 2014. Nota-se,

portanto, maior diversidade também nas regiões estudadas pelos alunos quando têm a possibilidade de escolher as disciplinas.

Além dos países e das principais palavras que norteiam a carreira (direito, história, economia, política e internacional), constata-se que “social” tem frequência elevada no conteúdo programático das optativas em todos os anos. “Revolução”, “Comércio”, “desenvolvimento” e “democracia” têm aparecido em vários anos. É interessante relatar ainda o surgimento do tema “saúde” em 2013 e 2014; “segurança” em 2014 e “ambiente” em 2015, confirmando a diversidade das disciplinas escolhidas de acordo com o contexto internacional.

Por último, os programas das disciplinas cursadas pelos alunos de 2006 a 2009 foram agregados e contrapostos aos programas das disciplinas optativas eletivas cursadas de 2013 a 2016. Posto desta forma, investiga-se se há alguma quebra na tendência e mudança de temas escolhidos pelos alunos. A Figura 5 mostra a frequência das cinco principais palavras entre os períodos inicial e final estudados. Com exceção de “internacional” e “social”, as demais mostraram queda na frequência relativa. “História”, por exemplo, apesar de se manter como o tema bastante recorrente, teve a maior redução no período, seguido por “Política”. Confirma-se, mais uma vez, a maior diversidade de temas ou disponíveis ou escolhidos pelos alunos.

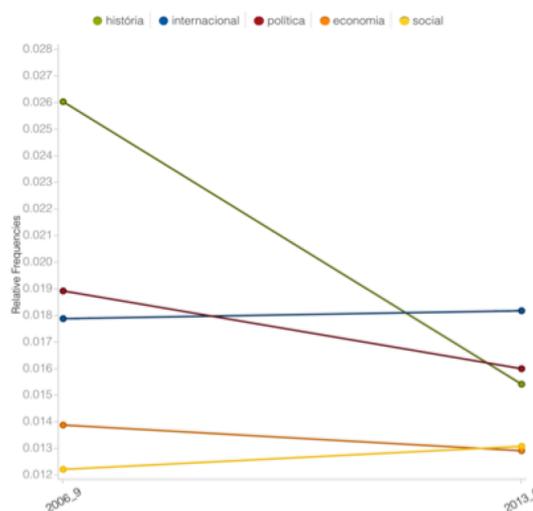


Figura 5 – Cinco palavras mais frequentes nas disciplinas optativas eletivas no início e final de períodos

Fonte: Elaboração própria

A contraposição de períodos revela que a diversidade de palavras aumentou nos anos mais recentes, pois há menos palavras com tanto destaque, especialmente ao considerar aquelas não relacionadas com as áreas centrais do curso.

4.3. Análise das ligações entre as palavras mais frequentes por ano

Nesta seção, investiga-se a ligação entre as principais palavras dos conteúdos programáticos das disciplinas cursadas pelos alunos, além da força dessa ligação. A Figura 7 contrapõe os mapas entre os períodos inicial (2006 a 2009) e final (2013 a 2016). Os mapas anuais, resultantes das disciplinas optativas eletivas, estão dispostos no Anexo IV.

Observa-se que o mapa é bastante diferente entre as disciplinas optativas e as obrigatórias. Os dois comportamentos mais relevantes são referentes a “Estado”, que está presente nas obrigatórias, mas quase sem força nas optativas e “História”, que, por outro lado, nem aparece nas obrigatórias e é sempre presente nas eletivas.

Em relação às principais ligações, apesar de “América” estar conectada com “Latina”, a presença da primeira tende a ser maior do que a segunda, indicando outros países estudados além dos que compõem a América Latina (ou que se constitui um fenômeno pela região em si). Relata-se, ainda, maior frequência da conexão de “História” com “dialética” e “contemporânea”. Já “Política” aparece, na maioria das vezes, conectada com “externa” e “internacional”, sugerindo o objeto de estudo. Em 2009, conectou-se com “social” e “economia”, de acordo com o contexto do momento. “Direito” liga-se essencialmente com “Internacional”, mas a partir de 2013, há ligação com “humano”. Já “Economia” liga-se mais fortemente com “internacional” e “comércio”.

A contraposição dos anos agregados do início e final do período revela que “História” diversifica suas ligações nos anos mais recentes. Interessante notar que “Política” perde sua forte conexão com “internacional” nos últimos anos.

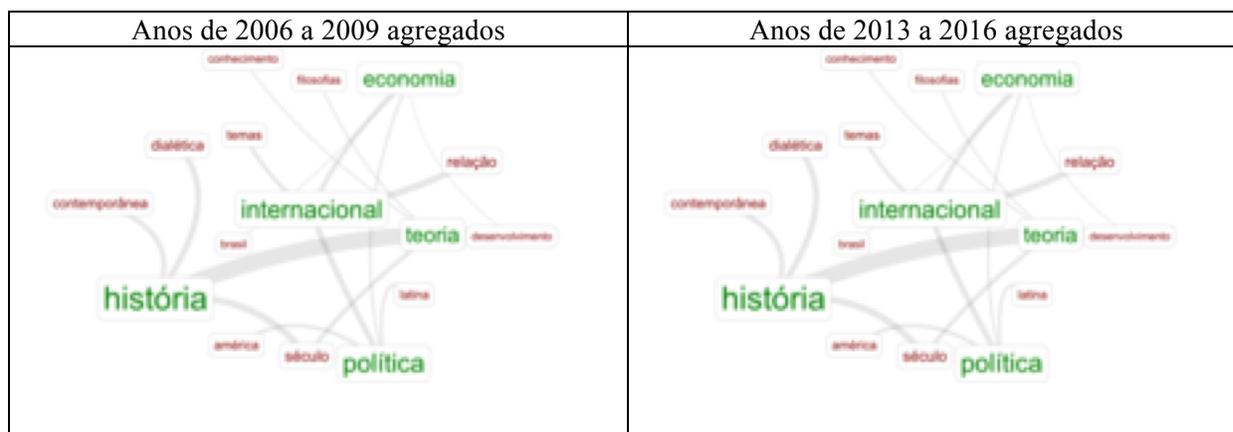


Figura 7 – Ligação entre as palavras dos conteúdos programáticos por períodos agregados

Fonte: Elaboração própria

O estudo comparativo do conteúdo programático das disciplinas optativas mais escolhidas pelos estudantes do bacharelado do IRI-USP entre 2006 e 2016 sugere haver uma ligação relativamente baixa entre as disciplinas que compõem os pilares teóricos do curso (ciência política, economia, direito e história), tendência semelhante à observada no estudo feito com as disciplinas obrigatórias. Em que pese o fato de ter sido utilizada uma metodologia única para fazer esta primeira análise da estrutura curricular do bacharelado, as evidências empíricas apontam para um grau moderado de interdisciplinaridade no curso.

A observação das trajetórias estabelecidas pelos graduandos do Instituto após a realização das disciplinas obrigatórias, como foi visto, é parte imprescindível da análise da composição curricular efetivamente cursada por eles. Um espectro bastante diversificado de disciplinas se abre para as opções. No entanto, é necessário considerar que há fatores do lado da oferta de disciplinas que interferem no processo de seleção dos estudantes. A oferta de disciplinas é determinada pela disponibilidade de vagas para alunos de relações internacionais em outras unidades da USP e também por mudanças em seu oferecimento pelos professores.

Mesmo assim, ainda antes da análise do conteúdo em si das disciplinas optativas eleitas pelos estudantes, a própria seleção de disciplinas traz uma informação muito relevante para o estudo da adesão dos alunos à proposta curricular de forma ampla. Em outras palavras, quando os estudantes têm a liberdade para realizar escolhas dentro de um extenso leque de disciplinas para

direcionar a segunda parte de sua graduação, essas escolhas tendem a se concentrar nas áreas de formação do curso.

5. Conclusões e considerações

O currículo do bacharelado em relações internacionais da Universidade de São Paulo foi analisado neste trabalho como um caso situado em uma área de conhecimento cuja origem está na interação entre disciplinas com temas, objetos e metodologias são tradicionalmente mais bem delimitados. Tendo em conta que a estrutura do curso foi concebida a partir da ideia do diálogo entre disciplinas e com a preocupação de manter um equilíbrio na distribuição de disciplinas entre as áreas teóricas de conteúdo, a motivação inicial do trabalho foi investigar, passados quinze anos desde a criação da primeira turma, que tipo de relação se estabeleceu entre as áreas.

Entendemos que a interdisciplinaridade não se reflete apenas na composição de disciplinas individuais e que a estrutura curricular como um todo, a presença das ‘áreas de base’ entre as matérias obrigatórias, a própria convivência dos estudantes com professores de diferentes formações e um ambiente multidisciplinar são elementos importantes na formação de indivíduos ‘diferentes’ daqueles que cursam as carreiras tradicionais. No entanto, dadas as dificuldades práticas de se medir os efeitos das transformações na estrutura pedagógica e no corpo docente, propususemos um exercício empírico para avaliar os programas das disciplinas de graduação, como uma aproximação de seu conteúdo.

Adotou-se uma metodologia precisa, a de mineração de textos, que foi aplicada aos programas das disciplinas obrigatórias e optativas do curso. Foram estudadas também as escolhas de disciplinas optativas dos estudantes e, em seguida, as interligações entre os programas destas disciplinas.

Mesmo considerando a presença de diversos fatores que não podem ser captados pela metodologia utilizada, como, por exemplo, os conteúdos das disciplinas em sua totalidade, os métodos de ensino, diferentes linhas teóricas, além de fatores operacionais que atuam sobre a oferta de disciplinas, o trabalho teve um caráter exploratório e lançou luz sobre algumas relações entre as disciplinas que não poderiam ter sido intuídas sem as indicações desta análise.

Os resultados sugerem que, apesar de ter havido ao longo do tempo convergência entre os conteúdos das disciplinas de formação, ainda existe pouca ligação entre elas, a considerar pela análise de seus programas.

No que concerne à demanda dos estudantes por disciplinas optativas, o exercício nos permite responder positivamente a uma das questões que inicialmente nos colocamos sobre o grau de adesão dos alunos às áreas de formação do curso. Ainda que se considere haver um ‘direcionamento natural’ dos estudantes para disciplinas oferecidas por departamentos que respondem por parte substantiva das disciplinas disponíveis e aceitas, o perfil do aluno representativo é marcado por uma tendência a permanecer dentro dos campos disciplinares de formação. O estudo do quadro de disciplinas optativas cursadas pelos estudantes indicou um padrão semelhante ao das teóricas no que tange ao conteúdo, mostrando pouca ligação entre as diferentes áreas.

No espectro das possibilidades de análise abertas pelo estudo realizado, não é possível fazer um diagnóstico detalhado do grau, tipo e dinâmica da interação ente disciplinas no bacharelado do Instituto de Relações Internacionais. Mas pode-se afirmar que, ainda que tenha havido uma intensificação da relação entre as disciplinas, as evidências empíricas apontam para um grau moderado de interdisciplinaridade no curso.

6. Referências

AALTO, Pami, Organizing Interdisciplinary International Studies: From Puzzlement to Research Programmes. In AALTO, Pami, HARLE, Vilho, MOISIO, Sami (eds.) *International Studies. Interdisciplinary Approaches*. Palgrave Macmillan, 2011.

BLANTON, Robert G. *Surveying International Studies Programs: Where Do We Stand?* *International Studies Perspectives*. 10, 224–240. 2009.

JACOBS, Jerry A. *In defense of disciplines: interdisciplinarity and specialization in the research university*. The University of Chicago Press, 2013.

KLEIN, Julie Thompson. *Humanities, culture, and interdisciplinarity: the changing American academy*. New York: State University of New York Press, 2005.

KLEIN, Julie Thompson. *Creating interdisciplinary campus cultures: a model for strength and sustainability*. San Francisco: Jossey Bass, 2010a.

KLEIN, Julie Thompson. A Taxonomy of Interdisciplinarity. In FRODEMAN, Robert (editor in chief et. Al.) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*, Oxford University Press, 2010b.

LATTUCA, Lisa R. *Creating interdisciplinarity: interdisciplinary research and teaching among college and university faculty*. 1st ed. Nashville: Vanderbilt University Press, 2001.

LONG, David Interdisciplinarity and the Study of International Relations In AALTO, Pami, HARLE, Vilho, MOISIO, Sami (eds.) *International Studies. Interdisciplinary Approaches*. Palgrave Macmillan, 2011.

RIGUEIRA, Paulo. Relações internacionais como disciplina. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 36, p. 23-46, dez. 2012.

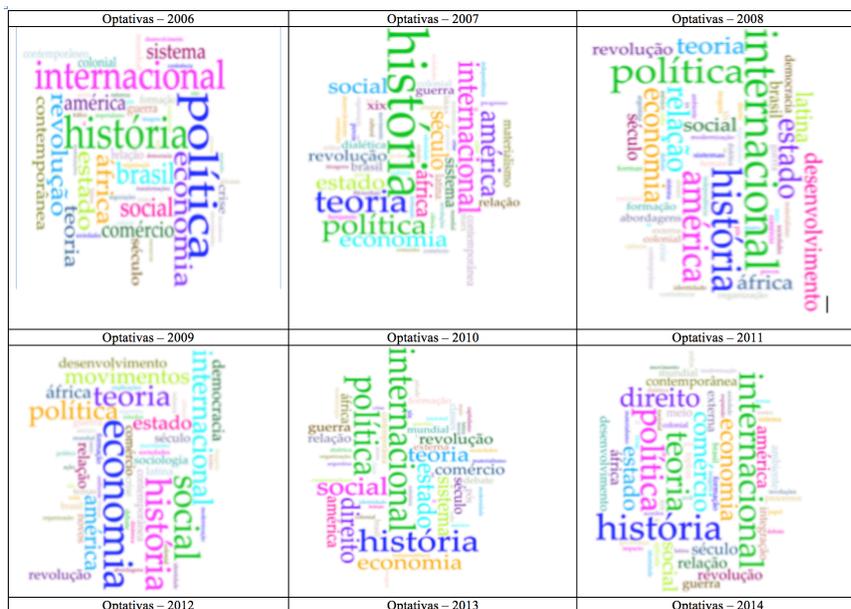
SMITH, Steve The discipline of international relations: still an American social science? *British Journal of Politics and International Relations*, 2, (3) Oct. 2000, p. 374–402.

VELHO, G. O lugar da interdisciplinaridade. In Reis, C. C. et al. *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas-CPDOC. 2003.

VENTURA, Deisy de F. L., LINS, Maria Antonieta D.T. Educação superior e complexidade: integração entre disciplinas no campo das relações internacionais. *Cadernos de Pesquisa*, v.151, p. 104–131, 2014.

WEINGART, Peter. A short history of knowledge formations. In FRODEMAN, Robert (editor in chief et. Al.) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*, Oxford University Press, 2010.

Anexo III – Palavras com maior frequência no conteúdo programático das disciplinas optativas eletivas por ano (corte em 55 palavras)



Anexo IV – Ligação entre as palavras com maior frequência no conteúdo programático das disciplinas optativas eletivas por ano (corte em 55 palavras)

